

UNIÃO EUROPÉIA *Embora ainda haja empate técnico, mudança de tendência preocupa defensores da aprovação da Carta*

Constituição da UE já divide franceses

DA REDAÇÃO

Uma pesquisa de intenção de voto sobre o plebiscito sobre a Constituição da União Européia que a França fará em 29 de maio mostrou ontem, pela primeira vez, que os eleitores contrários à adoção da Carta são mais numerosos que os favoráveis a ela.

A divulgação da pesquisa pôs forte pressão sobre o presidente Jacques Chirac, que, por ora, é um defensor discreto da adoção da Constituição. Outros partidários de sua aprovação querem agora que Chirac ponha seu peso político na campanha e faça freqüentes aparições públicas.

A pesquisa divulgada ontem, encomendada ao Instituto CSA pelo jornal "Le Parisien", mostrou que 51% dos eleitores que já tomaram posição e pretendem votar em maio são contrários à adoção da Carta européia, enquanto 49% são favoráveis a ela.

Embora preocupe boa parte da classe política francesa, o resultado ainda não é tão grave porque 53% dos eleitores disseram que pretendem abster-se, e a margem de erro foi de quatro pontos percentuais. Ou seja, há empate técnico. A Constituição tem como objetivo facilitar os mecanismos de tomada de decisão após a expansão do bloco para 25 mem-

bros, ocorrida em maio de 2004.

"Trata-se de um verdadeiro choque elétrico", disse o ministro do Trabalho, Gérard Larcher, à rádio Europe 1. "Mas não conheço nenhuma dificuldade que um homem de bom espírito não possa transformar numa vitória", acrescentou o ministro.

Os socialistas (oposição) exortaram Chirac a entrar ativamente na campanha pela aprovação da Constituição. Desde que convocou o plebiscito, há duas semanas, Chirac tem evitado participar diretamente dos debates, deixando a cargo do governo do premiê Jean-Pierre Raffarin a campanha pela adoção da Carta.

"Já que negociou e assinou o tratado que cria a Constituição européia, Chirac deve apresentá-la ao povo francês e defender sua aprovação", disse François Hollande, líder do Partido Socialista, à rede de TV LCI. "François Mitterrand defendeu a aprovação do Tratado de Maastricht", acrescentou, referindo-se ao predecessor de Chirac, um socialista, que, em 1992, fez campanha pela aprovação do tratado que deu novo alento ao bloco europeu ao estreitar a união político-econômica.

Como ocorreu com o Tratado de Maastricht, a Constituição tem de, ao menos em tese, ser aprovada por todos os países-membros

para entrar em vigor. A derrota dos partidários de sua adoção na França poderia gerar uma grave crise em todo o bloco.

A França será o segundo país a realizar um plebiscito sobre o tema. O primeiro foi a Espanha, que aprovou com larga margem a adoção do texto constitucional. Ao menos dez países ao todo farão consultas populares sobre a Carta. Os demais submeterão o texto constitucional apenas à apreciação do Legislativo.

Mesmo com a participação direta de Mitterrand na campanha pela aprovação do Tratado de Maastricht, o texto foi aprovado por uma margem ínfima na Fran-

ça. Mas isso ocorreu por conta do descontentamento popular com o governo do país à época.

Boa parte da classe política teme, portanto, que o forte descontentamento popular com o atual governo por causa das reformas por ele introduzidas e a controvérsia em torno da eventual entrada da Turquia no bloco possam reforçar o campo daqueles que são contrários à Carta.

A Comissão Européia (o Executivo da UE) anunciou que usará € 1,5 milhão em sua campanha para conscientizar os franceses da importância da adoção da Carta.